Acolhimento e integração: políticas públicas de integração local dos refugiados em Curitiba/PR

Gysele Vieira Silva Shafa¹

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza²

RESUMO: Os fluxos migratórios contemporâneos vêm se tornando cada vez mais intensos e complexos. Segundo recente levantamento do CONARE, o Brasil, tem 65.811 mil pessoas reconhecidas como refugiadas. Dados da ONU demonstram que, no mundo, o número de pessoas que buscam proteção dobrou nos últimos dez anos e segue aumentando. Nesse cenário, o artigo pretende analisar as estratégias de acolhimento voltadas à integração socioeconômica desses indivíduos na sociedade local. Detalha uma série de programas que oferecem suporte em áreas-chave como emprego, educação, saúde e assistência, fundamentais para que os refugiados possam reconstruir suas vidas de maneira digna e autônoma. Através de uma análise conceitual, o artigo destaca a importância de compreender as políticas de integração como um processo bidirecional, que não apenas assiste os refugiados, mas também enriquece a comunidade acolhedora com novas culturas e competências. Também são discutidos os desafios enfrentados para a efetividade dessas políticas, como a necessidade de maior articulação entre os atores, aperfeiçoamento das estratégias de inclusão e maior compreensão e engajamento da sociedade civil. Como resultado, foi possível compreender a importância de uma abordagem coordenada e livre de ideologias, entre as esferas municipal e federal, para garantir uma integração bem-sucedida e sustentável. Em consonância com este propósito, pretende-se, a partir da análise de dados e de pesquisa bibliográfica sobre o tema e assuntos transversais que com ele dialogam, contribuir na formulação de novas iniciativas e aprimoramento das já existentes.

Palavras-Chave: Política local para Refugiados; Integração socioeconômica; Desenvolvimento sustentável

ABSTRACT: Contemporary migratory flows are becoming increasingly intense and complex. According to recent data from CONARE, Brazil has 65.811 recognized refugees. UN data show that the number of people seeking protection has doubled in the last decade and continues to rise. In this context, this article aims to analyze the reception strategies aimed at the socioeconomic integration of these individuals into local society. It details a series of programs that provide support in key areas such as employment, education, health, and assistance, which are essential for refugees to rebuild their lives in a dignified and autonomous manner. Through a conceptual analysis, the article highlights the importance of understanding integration policies as a bidirectional process, which not only assists refugees but also enriches the host community with new cultures and skills. The challenges faced in the effectiveness of these policies are also discussed, such as the need for greater coordination among actors, improvement of inclusion strategies, and a deeper understanding and engagement of civil society. As a result, it was possible to understand the importance of a coordinated and ideology-free approach between municipal and federal levels to ensure successful and sustainable integration. In line with this purpose, based on data analysis and bibliographic

¹ Mestranda na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. Curitiba/Paraná, Brasil. gysavi@hotmail.com.

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. Curitiba/Paraná, Brasil. malumeza@utfpr.edu.br.

research on the topic and related cross-cutting issues, the article aims to contribute to the formulation of new initiatives and the improvement of existing ones.

Keywords: Local Refugee Policy; Socioeconomic Integration; Sustainable Development

1 - INTRODUÇÃO

Ao garantir tratamento igualitário aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, a CF/88, assegurou a estes, o acesso às políticas públicas existentes. A Lei 9.474/97³ chamou atenção do País para a efetivação destes direitos, quando sinalizou a implementação de políticas públicas para a integração dos refugiados.

Visando contemplar os direitos e deveres do migrante, a Lei nº 13.445/2017⁴, estabeleceu princípios para as políticas públicas voltadas a estes, incluindo entre suas diretrizes, o repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação. No ano seguinte, foi promulgada a Lei 13.684/18, ampliando as políticas de proteção social aos migrantes em situação de vulnerabilidade.

Embora existam leis específicas voltadas para migrantes e refugiados, o aumento significativo dos deslocamentos migratórios nos últimos anos, motivado por diversas razões, como crises políticas, econômicas, sanitárias, conflitos armados e desastres ambientais, fez do Brasil um destino importante para milhares de migrantes. Esse novo contexto, tem exigido uma discussão mais efetiva quanto à necessidade de ações coordenadas e colaborativas entre todos os níveis de governo — federal, estadual e municipal — para garantir uma resposta eficaz e integrada às necessidades desses grupos, assegurando sua proteção e integração à sociedade brasileira.

Nesse contexto, diversas iniciativas governamentais têm sido discutidas, com o objetivo de aprimorar a resposta às demandas geradas pelos fluxos migratórios.

Em 06/08/24, no Congresso Nacional, foi realizada audiência pública, conduzida pelo presidente da Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados, deputado Túlio Gadelha (Rede-PE), com o objetivo de debater as orientações a serem contempladas no Decreto do governo federal que irá regulamentar a Política Nacional de Migração

³ Estatuto do Refugiado BRASIL, República Federativa do. Lei nº 9.474/1997. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm> Acesso em 01/09/2024.

⁴ Lei da Migração BRASIL, República Federativa do. Lei nº 13.445/2017. Disponível em: <:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>

e Refúgio, prevista na Lei de Migração (Lei 13.445/2017). O evento reuniu representantes de órgãos públicos e de entidades ligadas ao tema⁵

Segundo a coordenadora de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Truyitraleu Tappa, “Os migrantes, refugiados e apátridas são essenciais para construção desta proposta. Não é possível pensarmos em construir boas políticas sem que as pessoas estejam envolvidas no processo.”

O procurador da República Guilherme Rocha Gopfert, que representou o procurador-geral da República, Paulo Gonet, destacou que a nova política de migração e refúgio deve ter atenção com três questões: direitos humanos, integração e segurança.

No Paraná, o Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas 2022/2025⁶ partiu das questões levantadas durante a Conferência Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, realizada em Curitiba - evento que reúne especialistas, representantes governamentais, organizações não governamentais e membros da sociedade civil para discutir e debater questões cruciais relacionadas aos direitos de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.

O contexto atual evidencia a importância de fomentar o diálogo e a cooperação entre todos os atores envolvidos, como o Poder Público, organizações da sociedade civil e os próprios migrantes. Essa colaboração é essencial para formular políticas eficazes no combate à xenofobia, na proteção e garantia de direitos, além de assegurar a implementação e a eficácia dessas políticas, garantindo que se tornem iniciativas verdadeiramente transformadoras.

Em consonância com os debates promovidos no âmbito da União e do Estado do Paraná, o legislativo municipal, em publicação realizada em 27/05/2024, sinaliza mudanças no projeto original do da Lei que visa a criação de uma Política Municipal para a População Imigrante e Refugiada na capital. Em tramitação desde setembro do ano passado, o PL passa agora por um substitutivo geral, que incorpora modificações alinhadas com as

⁵ <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/politica-nacional-de-migracoes-refugio-e-apatridia-e-debata-tida-em-audiencia-publica-no-congresso-nacional>

⁶ <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Estado-anuncia-plano-de-politicas-publicas-para-refugiados-migrantes-e-apatridas>

diretrizes do Departamento de Migrações do Governo Federal e, atualmente, aguarda nova análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal.

Entre as principais mudanças, destaca-se a alteração no artigo 6º do projeto original. Enquanto o texto inicial previa um atendimento especializado para a população imigrante e refugiada nos serviços públicos municipais, o substitutivo retirou essa disposição. Em seu lugar, o artigo 7º foi modificado para enfatizar a importância do diálogo contínuo na implementação da política, e a participação da população em audiências públicas.

De acordo com Santin (2013, p.19), as políticas públicas têm ligação direta com o Estado Democrático de Direito, como se nota no próprio preâmbulo da Constituição Federal de 1988, o qual direciona as finalidades do Estado para a preponderância dos direitos sociais e individuais, preservando-se a liberdade, a segurança, bem-estar e desenvolvimento, edificados na harmonia social e na solução pacífica das controvérsias.

Nesse sentido, emerge a problemática que irá nortear a pesquisa: Como as políticas públicas e programas possibilitam a integração local dos refugiados?

Para tanto, tem-se como objetivo geral, analisar como as políticas e programas existentes possibilitam a integração local dos refugiados e como objetivos específicos: mapear as políticas e programas locais existentes; avaliar se as políticas e programas identificados estão efetivamente promovendo a integração socioeconômica dos refugiados; investigar a articulação entre diferentes atores envolvidos nas políticas de integração, incluindo esferas governamentais, organizações não governamentais e a sociedade civil.

O método de pesquisa foi estruturado com o intuito de alcançar os objetivos propostos, visando a elucidação do problema proposto. Para atingir o objetivo, foi adotada uma abordagem qualitativa (CROTTY, 1998) com a metodologia exploratória, contemplando em revisão de literatura, revisão da legislação, coleta e análise de dados disponibilizados em sites públicos.

O artigo está dividido em seis seções, incluindo essa introdução. Na segunda seção, apresenta-se uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito de integração local e de refugiado. Na sequência, na terceira seção, caracteriza-se a metodologia da investigação. Na quarta, descrevem-se as políticas públicas e programas para refugiados em Curitiba, no Paraná, explorando as várias perspectivas de integração. A quinta seção, traz uma reflexão

sobre a efetividade destes programas e políticas na integração socioeconômica dos refugiados; e por fim, a sexta apresenta as notas conclusivas.

2 - REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO LOCAL PARA REFUGIADOS.

O conceito de proteção aos refugiados foi formalmente estabelecido pela Convenção de Genebra de 1951 e pelo Protocolo de 1967. Esses documentos foram criados para abordar as complexidades dos deslocamentos forçados resultantes da Segunda Guerra Mundial. Durante a Assembleia Geral, foi aprovado o Estatuto dos Refugiados das Nações Unidas. Inicialmente, a definição de refugiados incluía restrições geográficas e temporais, limitando a proteção apenas a indivíduos oriundos da Europa e a eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951. (ACNUR, 2018).

No entanto, a Convenção de Genebra, em seu Artigo 1º, parágrafo 2, expandiu a definição de refugiado para incluir qualquer pessoa perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opiniões políticas. Essa definição aplica-se a indivíduos que se encontram fora de seu país de origem e que, devido ao medo de perseguição, não desejam ou não podem buscar a proteção desse país. Isso também inclui pessoas apátridas que, vivendo fora do país onde residiam habitualmente, encontram-se na mesma situação de medo e, portanto, são incapazes ou relutantes em retornar ao seu país de residência habitual. (ACNUR, 2018).

No mesmo teor a Legislação Brasileira, Lei 9.474/97, em seu artigo 1º, incisos 1.1, 1.2 e 1.3, reconhece o refugiado como todo indivíduo que:

1.1 - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

1.2 - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

1.3 - devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Assim, o estatuto do refugiado é reconhecido e sustentado pelo direito internacional, com um alcance verdadeiramente global. Criado sob a égide do ACNUR, o estatuto é regido pela Convenção de 1951 e pelo Protocolo de 1967, documentos dos quais o Brasil é signatário. Este estatuto representa um avanço significativo na proteção de indivíduos que, por diversas razões, encontram-se impossibilitados de permanecer em seus países de origem ou estão impedidos de para lá retornar.

Neste contexto, os refugiados são pessoas que enfrentam violações de direitos humanos ou que estão fugindo de conflitos, violências e perseguições baseadas em raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opiniões políticas. Desprovidos de proteção em seus próprios países, esses indivíduos são forçados a abandonar suas vidas para trás e atravessar fronteiras internacionais em busca de segurança. (ACNUR, 2018).

Moreira (2014) explica que a integração de migrantes forçados é um processo multifacetado, envolvendo uma série de fatores sociais, econômicos e culturais. Essa complexidade não deriva apenas das experiências traumáticas vivenciadas pelos migrantes durante e após a fuga, mas também dos desafios impostos pela sociedade que os acolhe. Assim, a integração vai muito além da simples inserção econômica, exigindo um conjunto de políticas públicas que não só atendam às necessidades básicas de emprego e habitação, mas também abordem aspectos psicológicos, sociais e culturais vitais para a construção de uma nova identidade em um contexto de deslocamento forçado.

Sua visão sobre a complexidade da integração de migrantes forçados sublinha a necessidade de políticas públicas que sejam igualmente abrangentes e multifacetadas. Para lidar com os desafios enfrentados por esses migrantes, é essencial que as políticas públicas não se limitem apenas à inserção econômica, mas também incluam ações voltadas para o suporte psicológico, social e cultural. Essas políticas devem promover um ambiente que facilite a construção de novas identidades e assegure o bem-estar e a inclusão plena dos migrantes na sociedade de acolhimento.

Percebe-se que muito já se avançou em termos legais quanto à proteção dos estrangeiros, principalmente no que tange aos refugiados, em especial no período após a 2ª Guerra Mundial. No entanto, os estrangeiros continuam sendo pessoas discriminadas na

sociedade atual. No cenário político, há um descompasso ideológico que retarda a integração e efetividade das políticas públicas voltadas ao tema.

Thomas Faist (2006) aborda com profundidade a ideia de que descompassos ideológicos podem afetar a integração e a eficácia das políticas públicas para refugiados. Em seus estudos sobre migração e políticas transnacionais, examina como as diferenças políticas e ideológicas entre países e dentro deles podem influenciar a implementação de políticas destinadas a migrantes e refugiados. Faist argumenta que, tais descompassos, muitas vezes resultam em abordagens fragmentadas ou incoerentes, que não apenas dificultam a integração dos refugiados, mas também limitam a eficácia das políticas públicas em responder adequadamente às suas necessidades.

O autor também destaca a importância da cooperação entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil para superar esses desafios ideológicos e promover políticas mais inclusivas e eficientes, sugerindo que uma abordagem mais coordenada e menos politizada poderia proporcionar melhores resultados na integração de refugiados e na aplicação de políticas públicas mais robustas.

Em sua obra *Modernidade Líquida*, Bauman (2016) explora como a ideologia pode ser um obstáculo significativo para a integração de refugiados. Critica ideologias que fomentam exclusão e medo do "outro", destacando como essas perspectivas contribuem para a dificuldade de integração de refugiados nas sociedades que os recebem. Bauman identifica a "mixofobia", ou o medo da diversidade, como uma característica prevalente em muitas sociedades modernas, levando a desejos de segregação e pureza cultural. Essa mentalidade cria um ambiente hostil para os refugiados, frequentemente vistos como ameaças à estabilidade social, cultural e econômica, exacerbada por ideologias nacionalistas e xenófobas, que os rotulam como invasores indesejados.

Para enfrentar essas barreiras, o autor destaca a importância de adotar uma ética de acolhimento e responsabilidade, que favoreça uma visão mais aberta e compassiva das interações entre cidadãos locais e estrangeiros. Argumenta ainda, que as sociedades deveriam implementar políticas que compreendam os refugiados não só como receptores de ajuda, mas como indivíduos valiosos e ativos dentro das comunidades que os recebem.

Ager e Strang (2008) oferecem uma perspectiva abrangente para compreender a integração de migrantes e refugiados. Abordando os **marcadores e meios, conexões sociais, facilitadores e fundação** como elementos interligados, que permite uma estratégia mais eficaz para promover a integração. Compreendendo melhor estes elementos, os marcadores e meios correspondem ao: emprego, habitação, saúde e educação. — Eles são fundamentais para o sucesso da integração. Esses marcadores funcionam como indicadores tangíveis do progresso dos migrantes em suas novas sociedades. A falta de acesso adequado a esses recursos pode prejudicar a autonomia e o bem-estar dos migrantes, tornando a integração mais difícil.

As conexões sociais, por sua vez, destacam que a formação de redes sociais é essencial para o sucesso da integração. Essas conexões incluem tanto os laços com a comunidade de migrantes quanto com a população local, que são fundamentais para o bem-estar emocional e a construção de uma identidade comum. A existência de vínculos sociais fortes facilita o sentimento de pertencimento e coesão social, elementos cruciais para a integração efetiva.

Os facilitadores incluem o aprendizado da língua local, o acesso à informação e serviços, e a segurança física e emocional e são considerados pré-requisitos essenciais para a participação ativa dos migrantes na sociedade de acolhimento, permitindo que aproveitem as oportunidades disponíveis e se integrem de maneira mais eficaz.

E a fundação corresponde ao exercício dos direitos e na cidadania plena. Esse domínio abrange a participação política, o acesso aos direitos civis, e a aceitação social dos migrantes como membros legítimos da comunidade. A cidadania, vista além de seu status legal, representa o acesso integral aos direitos e deveres, sendo crucial para que os migrantes possam se sentir parte da sociedade e contribuir ativamente para ela.

A integração de refugiados é um processo complexo que requer uma abordagem multifacetada e responsiva às diversas necessidades dos indivíduos envolvidos. Zygmunt Bauman (2016) e a estrutura proposta por Ager e Strang (2008) apresentam complementaridades que podem ser exploradas para desenvolver políticas mais eficazes e humanitárias.

Bauman (2016) enfatiza a necessidade de uma ética de acolhimento e responsabilidade, defendendo que as sociedades se abram para uma interação mais compassiva e inclusiva entre cidadãos locais e estrangeiros. Argumenta que refugiados devem ser vistos não apenas como receptores passivos de ajuda, mas como participantes ativos e valiosos das comunidades que os acolhem. Isso requer um reconhecimento de sua humanidade e potencial, além de um comprometimento com a eliminação das barreiras que limitam sua participação plena na sociedade.

Por outro lado, a estrutura de Ager e Strang (2008) oferecem uma base prática e detalhada para entender e promover a integração de migrantes e refugiados. Eles identificam elementos cruciais como marcadores e meios (como emprego e habitação), conexões sociais (redes de apoio dentro e fora da comunidade migrante), facilitadores (como o domínio da língua e a acessibilidade a serviços) e a fundação (direitos civis e segurança). A aplicação desses elementos de forma interconectada cria uma estrutura robusta para a integração, permitindo que os refugiados alcancem uma inserção social e econômica mais completa e satisfatória.

Ao integrar as teorias de Bauman sobre modernidade líquida e exclusão social, com a abordagem de integração de Ager e Strang, que enfatiza fatores como aceitação social e acesso a serviços, torna-se possível desenvolver políticas de integração para refugiados que não apenas atendam suas necessidades básicas, mas que também promovam uma mudança cultural e ideológica profunda nas sociedades que os acolhem.

A combinação dessas teorias, encontra-se em plena consonância com a ODS 11, que enfatiza o desenvolvimento de comunidades sustentáveis, pois traz uma perspectiva de integração efetiva de refugiados, maximizando seu potencial de se tornar um membro ativo na sociedade. Este enfoque integrado e ético, reflete um compromisso com a dignidade humana e o desenvolvimento mútuo, essenciais para uma integração bem-sucedida e sustentável.

Complementarmente às perspectivas abordadas, Alexander Betts (2013) explora como as políticas de integração podem ser projetadas para beneficiar, tanto os refugiados, quanto as comunidades locais, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo. O pesquisador defende que, ao proporcionar oportunidades de emprego e educação para

os refugiados e ao integrá-los de forma efetiva na economia local, é possível gerar benefícios mútuos que sustentam o desenvolvimento a longo prazo.

3 – MÉTODOS DA PESQUISA

Este estudo tem como referência metodológica, a abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2002), promove maior aproximação com o objeto de estudo por meio do trabalho entre relações, significados, estruturas e representações que podem ser extraídas da interação humana. Isso permite que o investigador interprete as informações de modo indutivo (RAGIN, 2007; CRESWELL, 2010), utilizando técnicas que representam “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2002, p. 16).

As técnicas de pesquisa utilizadas foram as seguintes: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e análise de dados. A primeira, representa o passo preliminar para a elaboração de um trabalho acadêmico e consiste numa investigação e levantamento de obras publicadas para conduzir o trabalho científico (SOUSA et al, 2021). Neste estudo, a pesquisa foi fundamental para conceituar a intersecção entre direitos humanos, refugiados, políticas públicas e programas de integração, partindo para a atuação dos organismos internacionais como formuladores e/ou influenciadores de políticas públicas, além da descrição situacional no município de Curitiba para compreender a importância da criação desses mecanismos de amparo social.

Em seguida, foi realizada a pesquisa documental, a partir da qual foi possível acessar documentos primários (oficiais) e secundários (relatórios, estudos e pesquisas baseadas em documentações originais) para obtenção de dados (MARCONI; LAKATOS, 2006). Com isso, buscou-se compreender como se dá o suporte para refugiados na legislação brasileira, no estatuto de 1951 e nas convenções de 1969 e 1984, e obter informações a respeito das atividades desenvolvidas por organizações não governamentais na execução de programas que refletem suas próprias agendas, independente da atuação do Estado (EDWARDS, 2004).

Na sequência, foi realizada coleta de dados (legislação, relatórios de organizações governamentais e não governamentais, mídia digital, etc) a partir dos temas-chave da pesquisa e, em seguida, iniciou-se o mapeamento das políticas públicas e programas

desenvolvidos por estas instituições na causa do migrante/refugiado, na cidade de Curitiba, no Paraná.

A análise integrada da literatura, legislação, e dados coletados, foi realizada sob a ótica da sociologia contemporânea dos problemas públicos de base pragmatista (ANDION et al, 2017). Este método, fundamentalmente prático e colaborativo, reflete a abordagem da sociologia moderna em relação aos problemas públicos, enfatizando a utilidade prática do conhecimento teórico e a habilidade de moldar as teorias para se ajustarem a uma realidade dinâmica.

4 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REFUGIADOS EM CURITIBA-PARANÁ.

Apesar de o recorte territorial definido ser o município de Curitiba, a competência para desenvolver políticas públicas para refugiados é compartilhada entre diferentes níveis de governo. Isso inclui ações coordenadas entre **governo federal**, responsável pela formulação e coordenação de políticas gerais para refugiados, **governos estaduais** e **municipais**, que implementam essas políticas localmente. Portanto, a estrutura e implementação das políticas para refugiados são efetivamente uma colaboração entre todos os níveis de governo, conforme Quadro 1 elucidativo abaixo.

Quadro 1 – Competências, Funções, Entidades/ Órgãos e dispositivos legais por nível de governo

NÍVEL DE GOVERNO	COMPETÊNCIA E FUNÇÕES	ENTIDADE/ÓRGÃO	DISPOSITIVO LEGAL
Governo Federal	Análise de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. - Formulação e coordenação de políticas para refugiados.	CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública,	Lei federal nº 9.474/97 Artigos 12 e 14
Ministério das Relações Exteriores	Diplomacia e gestão das relações internacionais. - Participação em tratados e acordos internacionais sobre refugiados.	Ministério das Relações Exteriores.	Lei nº 9.474/97, Artigo 12 (CONARE vinculado a este Ministério)

Governo Estadual	Desenvolvimento de políticas e programas específicos para a integração de refugiados, em cooperação com o governo federal.	Governos Estaduais.	Constituição Federal de 1988, Artigos 23 e 24
Governo Municipal	Implementação de políticas públicas de integração local. - Fornecimento de acesso a serviços de saúde, educação e assistência social.	Prefeituras municipais. Constituição Federal)	de 1988, Artigos 23 e 24 (competências comuns e concorrentes)

Fonte: Elaboração própria

As políticas de inclusão de refugiados e migrantes no Brasil, especialmente no que se refere ao acesso a direitos sociais, são orientadas por uma combinação de leis federais, políticas públicas e programas específicos, conforme Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Descrição das Políticas e Programas para Refugiados por Área

Área	Política/Programa	Descrição
Direito ao Trabalho	Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Refugiados e migrantes têm direito a obter a CTPS, permitindo-lhes trabalhar formalmente e acessar direitos trabalhistas e previdência social.
Saúde	Sistema Único de Saúde (SUS)	Acesso ao SUS, que oferece serviços de saúde gratuitos, incluindo atendimento hospitalar, campanhas de vacinação e serviços de saúde mental.
Educação	Matrícula em Escolas Públicas	Direito de crianças e adolescentes refugiados e migrantes se matricularem em escolas públicas, independentemente da situação migratória.
	Reconhecimento de Diplomas	Processo de revalidação de diplomas estrangeiros, permitindo que refugiados com formação superior exerçam suas profissões no Brasil.
Assistência Social	Cadastro Único (CadÚnico)	Permite o acesso a programas sociais como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC) para famílias em situação de vulnerabilidade.
	Programas de Assistência	Apoio em áreas como alimentação, moradia e apoio jurídico, oferecido por ONGs e programas governamentais.

Área	Política/Programa	Descrição
Habitação	Acesso a Programas Habitacionais	Possibilidade de acesso a programas como o Minha Casa Minha Vida, desde que cumpram os critérios estabelecidos.
	Apoio Emergencial	Abrigo temporário e assistência em situações de emergência, como desastres naturais ou crises humanitárias.
Documentação	Registro de Refugiados e CPF	Refugiados reconhecidos recebem um Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e CPF, permitindo acesso a diversos serviços e direitos no Brasil.
ENSINO SUPERIOR	Revalidação de Diplomas (Resolução CNE/CP nº 3/2018)	Facilita a revalidação de diplomas de ensino superior obtidos no exterior e permite a continuidade da formação acadêmica no Brasil.
	Dispensa de Documentos	Permite o uso de outros meios de prova para avaliação de competências quando documentos acadêmicos não estão disponíveis devido a condições extremas.
	Vagas Reservadas e Bolsas de Estudo	Instituições de ensino superior reservam vagas e oferecem bolsas de estudo para refugiados, facilitando seu acesso à educação superior.
	Programa Universidade para Todos (Pro-Uni)	Refugiados podem se inscrever no ProUni, que oferece bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior, atendendo a critérios de renda.
	Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	Refugiados têm direito à isenção da taxa de inscrição para o ENEM, facilitando o ingresso em universidades públicas e privadas.
	Política de Acolhimento nas Universidades	Apoio psicológico e orientação acadêmica oferecidos por universidades, incluindo cursos de língua portuguesa para facilitar a integração.
	Programas de Mobilidade Acadêmica	Incentivam a participação de refugiados e migrantes em cursos de graduação e pós-graduação, em parceria com organizações internacionais e ONGs.

Fonte: Elaboração própria

Em relação aos programas instituídos pelas universidades locais, além das possibilidades de ingresso mencionadas no quadro anterior, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) possui vestibular e processo seletivo específicos para os refugiados⁷. Pesquisa

⁷ <https://ufpr.br/ufpr-divulga-processo-seletivo-para-ingresso-e-reingresso-de-refugiados-e-migrantes-humanitarios/>

realizada por Perelles (2021) analisou como uma política de ensino superior pode engajar o refugiado no crescimento inclusivo nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. E, como principais resultados, com foco na região paranaense, destacam-se: maior número de ações de inclusão (ou equidade de acesso observada no processo seletivo, nas redes de apoio e nos atendimentos jurídico, psicológico e pedagógico) no estado paranaense comparados ao carioca e paulista; e destaque à UFPR por ações que equilibram desenvolvimento do capital humano com princípios de justiça social e de potencial humano que facilitam a inclusão social dos refugiados no ensino superior. A pesquisadora ainda destaca que tais ações se limitam no contexto micro institucional (diferente em cada universidade) carecendo de normas gerais, definidas pelo governo federal para inclusão dos refugiados no ensino superior, o que não contribui para a articulação dos benefícios do engajamento dos refugiados no crescimento inclusivo.

No Estado do Paraná, o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (**CERMA**) e o Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (**CEIM**) são duas instituições fundamentais, que atuam em prol dos refugiados, migrantes e apátridas. Ambos desempenham papéis complementares na assistência a esses grupos, cada uma com focos específicos que contribuem para a integração e apoio dessas pessoas, conforme Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 – Papéis das Entidades Governamentais Locais para Apoio aos Refugiados

Entidade	Natureza	Função	Atividades	Objetivo
CERMA Paraná	Conselho estadual com caráter deliberativo e consultivo.	Facilita e auxilia na implementação e fiscalização de políticas públicas.	Promove a integração de refugiados, migrantes e apátridas através de políticas públicas, em colaboração com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil.	Assegurar a proteção e promoção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas.
CEIM Paraná	Centro de informações vinculado à Secretaria de	Fornecer informações e suporte para	Assistência em regularização documental, inserção no mercado	Facilitar a adaptação e integração ao oferecer serviços integrados e interinstitucionais para

	Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos.	acessar serviços públicos.	de trabalho, educação, saúde, e outras necessidades básicas.	migrantes, refugiados e apátridas.
--	--	-----------------------------------	---	---

Fonte: Elaboração própria

Elaborado para atender as necessidades de refugiados, migrantes e apátridas no estado, o Plano Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná 2022/2025, que estabelece diretrizes em áreas essenciais, com o objetivo de facilitar a integração e promover os direitos desses grupos foi organizado nos seguintes eixos temáticos:

Quadro 4– Eixos Temáticos do Plano Estadual para Refugiados e respectivas Diretrizes e Ações

EIXO TEMÁTICO	DESCRIÇÃO DAS DIRETRIZES E AÇÕES
Educação	Focar na inclusão no sistema educacional, facilitando acesso, adaptação e apoio educacional específico para refugiados e migrantes.
Família e Desenvolvimento Social	Apoiar a integração social e melhorar a qualidade de vida através de programas sociais e de fortalecimento comunitário.
Saúde	Assegurar o acesso a serviços de saúde adequados, incluindo saúde física e mental, com atenção às necessidades específicas desses grupos.
Justiça, Trabalho e Direitos Humanos	Proteger os direitos, facilitar a inserção no mercado de trabalho e garantir acesso a serviços jurídicos justos.
Segurança Pública	Implementar estratégias para garantir a segurança pessoal, prevenir a violência e combater a discriminação.
Comunicação Social e Cultura	Promover a diversidade cultural e a integração através de programas de comunicação e eventos culturais que valorizem as diversas origens.

Fonte: Elaboração própria

O plano também enfatiza a importância do combate ao preconceito e a promoção de uma interação produtiva entre o poder público e as organizações da sociedade civil para efetivar políticas públicas que beneficiem essas populações. Através dessas diretrizes, o plano busca, não apenas atender às necessidades imediatas, mas também garantir os direitos e a integração plena de refugiados, migrantes e apátridas no tecido social do Paraná.

Todas as ações propostas no Plano Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas (PERMA) são de suma importância, o próprio Conselho reforça a necessidade da sua manutenção e recomenda a uniformização dos procedimentos. Apontam-se algumas recomendações a respeito de realizações, como: a importância da comunicação, em todos os seus aspectos (instituições, refugiados, sociedade); trabalho em rede, a importância de uma Plataforma que disponibilize todos os dados e serviços; relações institucionalizadas com os 399 municípios do Estado; avanços normativos com políticas setoriais.

A professora de Direito Internacional Dr^a da UFPR Tatyana Friedrich, destaca que o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR) desempenha um papel crucial na promoção e proteção dos direitos desses grupos. Ela ressalta a importância do Conselho em facilitar a implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas para refugiados, migrantes e apátridas, promovendo uma articulação entre o poder público e a sociedade civil. O CERMA/PR é visto como um instrumento fundamental para garantir que essas populações tenham seus direitos assegurados em todas as esferas da administração pública⁸

4.1 - PROGRAMAS E AÇÕES PARA REFUGIADOS, DESENVOLVIDOS POR INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM CURITIBA-PARANÁ.

A partir da coleta de dados realizada, foram encontradas várias iniciativas não governamentais voltadas à integração socioeconômica dos refugiados, destacando-se a CASLA e a ADUS Curitiba.

A Casa Latino-americana (**CASLA**) de Curitiba foi fundada em 1985 e tem desempenhado um papel central na causa dos refugiados, reunindo diversos atores em torno de várias iniciativas. Destaca-se o fato de que a entidade atua como uma articuladora fundamental, desempenhando um papel essencial na organização de ações que formam redes de cooperação abrangentes, envolvendo diversos atores. Ela tem se consolidado como um ponto central de encontro, promovendo iniciativas colaborativas e fortalecendo alianças estratégicas. Exemplo disto, é o papel desempenhado pela entidade na coordenação da Rede Latino-Americana CASLA-CEPIAL. Por meio dessa rede, a CASLA consolida uma série

⁸ <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/assembleia-debate-politicas-migratorias-e-xenofobia-no-parana>

de projetos significativos, entre eles a publicação editorial bilíngue "Semeando Novos Rumos / Sembrando Nuevos Senderos" - publicação realizada em parceria com a Editora da Universidade Federal do Paraná, que é parte das Coleções que visam disseminar conhecimentos e experiências relacionadas às questões de migração e integração cultural, promovendo um diálogo enriquecedor entre diferentes culturas e sociedades.

Outra ação importante, foi a idealização e organização do projeto de formação e educação informal, a **UNITINERANTE** – Universidade Itinerante pelos Direitos Humanos, da Natureza, pela Paz e o Bem Viver – (<https://parlamentounitinerante.blogspot.com/>), apoiado por diversas entidades (Setores do Poder Público, Universidades, Comunidades locais e Organizações Sociais)⁹

De 2005 a 2012, a CASLA coordenou a realização de cursos de especialização em Relações Internacionais em convênio com a UFPR e a FAP (Faculdades de Artes do Paraná), com ênfase na história e cultura dos povos e sociedades latino-americanas.

Com o advento do terremoto no Haiti, em 2010, criou-se uma Coordenação de atendimento jurídico e social aos migrantes (CASLAJUR), por meio de um grupo de advogados voluntários, coordenados pela CASLA, que atendeu mais de 4 (quatro) mil demandas de refugiados e migrantes, não apenas oriundos do Haiti, mas também de países africanos (Congo, Nigéria e países de língua portuguesa) e de sírios atingidos pela guerra civil. Esta atividade específica de atendimento humanitário aos refugiados e migrantes foi objeto de premiação (Prêmio Nacional Innovare) outorgado em 2016 em nome das coordenadoras do CASLAJUR, as advogadas Nádia Pacher Floriani e Ivete Caribé da Rocha.

Outra organização é a **ADUS CURITIBA**¹⁰. Ela promove a integração de pessoas que chegam Brasil em busca de refúgio, buscando sua valorização e inserção social, econômica, cultural e educacional. O objetivo central do ADUS, é buscar novas alternativas à integração dos refugiados. O Instituto auxilia solicitantes de refúgio e refugiados, em seu processo de integração à sociedade brasileira, buscando proporcionar a todos, condições suficientes para que possam recomeçar suas vidas, de forma digna, no País. Além disso, o ADUS realiza

⁹ (<https://parlamentounitinerante.blogspot.com/>)

¹⁰ <https://www.atados.com.br/ong/aduscuritiba>

diversas ações voltadas à conscientização, diminuindo os casos de preconceito contra essas pessoas.

4.1.1 - Instituições religiosas que atuam na integração de refugiados.

Também foram identificadas várias instituições religiosas que desempenham um papel ativo na causa dos refugiados. Essas entidades, oferecem suporte crucial, desde assistência humanitária, até integração social, refletindo a importância da colaboração inter-setorial no enfrentamento dos desafios enfrentados pelos refugiados em todo o mundo. Destacam-se cinco dessas instituições, a saber: Cáritas de Curitiba, igreja Batista, Missão Paz, igreja Metodista de Curitiba e igreja Mórmon.

A **Cáritas de Curitiba**¹¹ é uma instituição que, em acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiado (ACNUR), presta atendimento aos refugiados e solicitantes de refúgio, nos termos da Convenção de 1951 e da Lei nº 9.474/97. Atualmente a instituição atende cerca de 150 famílias de migrantes por mês, prestando informações sobre documentação (regularização migratória), atendimento socioassistencial e Integração Laboral (Cursos de qualificação profissional, currículos, etc.)

A **Igreja Batista**¹², por sua vez, oferece suporte a refugiados, por meio de programas sociais, aulas de português, apoio emocional, e assistência na inserção no mercado de trabalho. Outra instituição é a **Missão Paz**¹³ que embora tenha sede em São Paulo, a ela também estende sua rede de apoio a refugiados em Curitiba, principalmente através de parcerias com igrejas locais. A **Igreja Metodista de Curitiba**¹⁴ tem projetos específicos para refugiados, oferecendo ajuda humanitária, aulas de língua portuguesa e apoio na busca por emprego. E a **Igreja Mórmon**¹⁵ tem uma forte tradição de envolvimento em trabalhos humanitários, incluindo o apoio a refugiados. Em Curitiba, a igreja, por meio de seu programa humanitário global, realiza ações de auxílio a refugiados, como a doação de alimentos, roupas, kits de higiene e outros itens essenciais. Além disso, ela oferece suporte no

¹¹ <https://arquiocesedecuritiba.org.br/caritas-arquiocese-de-curitiba/>

¹² <https://ibb.org.br/ministerio/refugiadosimigrantes>

¹³ <https://missaospaz.org/estudos-migratorios/>

¹⁴ <https://www.metodistacuritiba.com.br/site/ministerios-interna.php?ministerio=5>

¹⁵ <https://noticias-pt.aigrejadejesuscristo.org/artigo/resgate-refugiados>

aprendizado da língua portuguesa e na integração social, muitas vezes em parceria com outras organizações locais.

4.1.2 - Instituições de ensino que atuam na integração de refugiados.

Na cidade há duas universidades federais públicas. A **Universidade Federal do Paraná (UFPR)**¹⁶ possui projetos voltados para refugiados, como cursos de português para estrangeiros, apoio jurídico, psicológico e social, além de programas de inserção acadêmica para aqueles que desejam continuar seus estudos no Brasil.

Já a **Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)**¹⁷ participa em iniciativas de apoio a refugiados, como a oferta de cursos de capacitação profissional e projetos de inclusão social que envolvem estudantes e professores.

Outra instituição de ensino local que também tem registro de ações para refugiados é a **Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)**¹⁸. Ela oferece programas de extensão que envolvem a comunidade acadêmica no suporte a refugiados, incluindo cursos de língua portuguesa, orientação jurídica e projetos de integração cultural e social.

Demais entidades, como o Ministério Público do Trabalho (MPT)¹⁹, a Escola do Ministério Público da União (Escola do MPU)²⁰, também têm se destacado no desenvolvimento de ações voltadas à proteção dos refugiados.

Destaca-se ainda a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), que é uma agência governamental do estado do Paraná, com o objetivo de promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental por meio de investimentos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação. Ela atua em três eixos estratégicos: o fomento à Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação, a verticalização do Ensino Superior e a formação de pesquisadores, e a disseminação da Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação. Em 2022, ela publicou o Programa de Acolhida a Cientistas

¹⁶ <https://internacional.ufpr.br/portal/refugiados-e-migrantes/>

¹⁷ https://utfpr.curitiba.br/dalem/?page_id=3709

¹⁸ <https://www.pucpr.br/escolas/escola-de-negocios/pucpr-e-instituto-marista-acolhem-refugiados-do-afegania>

¹⁹ <https://prt9.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-pr/45-noticias-prt-curitiba/1202-inscricoes-para-atividades-refugiados-e-migrantes-no-parana-como-acolher-e-integrar-podem-ser-feitas-ate-2-5>

²⁰ https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-curitiba/materiais_curitiba

Ucranianos que opera de forma transversal em relação a esses três eixos. Segundo Carvalho (2024), este programa acolheu 13 professores pesquisadores ucranianos e seus cônjuges, que foram distribuídos em 9 universidades paranaenses. A ação teve como uma das finalidades promover a inclusão das cientistas na comunidade paranaense e estimular futuras colaborações entre o governo do estado e a Ucrânia, visando à reconstrução e ao fortalecimento da economia ucraniana por meio da ciência e da inovação. Essas organizações têm implementado uma série de iniciativas e programas educacionais e de apoio, buscando assegurar os direitos e facilitar a integração dos refugiados na sociedade brasileira.

Todas essas ações, refletem um compromisso crescente com a assistência humanitária e a promoção dos direitos humanos em âmbito nacional.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES – AS POLÍTICAS E PROGRAMAS EXISTENTES POSSIBILITAM A INTEGRAÇÃO SOCIOECONOMICA DOS REFUGIADOS?

A integração socioeconômica dos refugiados, apresenta desafios complexos e multifacetados, como destacado por Zygmunt Bauman (2016), Ager & Strang (2008) e Alexandre Betts (2013). Bauman (2016) argumenta que a sociedade contemporânea é caracterizada por uma fluidez nas relações sociais e uma crescente insegurança econômica e social. Nesse contexto, os refugiados enfrentam uma série de dificuldades para se integrar, pois são frequentemente percebidos como "estranhos" em sociedades que lutam para manter uma identidade estável em meio a mudanças rápidas e incertas. A integração, assim, não é apenas um desafio econômico, mas também cultural e ideológico, onde a aceitação do "outro" se torna um processo contencioso.

Ager & Strang (2008) em seu modelo de integração, identificam a necessidade de políticas que não apenas satisfaçam as necessidades básicas dos refugiados, como saúde, educação e moradia, mas também promovam um sentido de pertencimento e participação na vida cívica e social. Argumentam que a integração bem-sucedida depende de uma abordagem holística, onde os aspectos materiais e relacionais da vida social são igualmente valorizados. A construção de redes sociais, a aprendizagem da língua local, o acesso ao emprego e o respeito pelos direitos humanos são componentes essenciais para uma integração plena. As políticas locais mostram que o elemento marcadores e meios estão presentes nas ações propostas pelo CERMA. O apoio das instituições religiosas e de ensino locais

também possibilitam o adensamento dos marcadores sociais. Já os facilitadores estão presentes nas ações do CEIM Paraná e das instituições de ensino e religiosas locais. E, o elemento fundação é percebido pelo acesso aos direitos civis, formalizados na política local e implementado pelo CEIM. No entanto, no tocante a participação política e a aceitação social, dada a metodologia empregada, não foi possível explorar evidências práticas.

Já Alexandre Betts (2013), acrescenta uma perspectiva crucial ao destacar que as políticas de integração devem ser projetadas para beneficiar tanto os refugiados quanto as comunidades locais. Argumenta que, quando bem implementadas, essas políticas podem promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo, criando oportunidades para todos os envolvidos. Betts (2013) propõe que a integração seja vista não apenas como uma necessidade dos refugiados, mas como uma oportunidade para a sociedade como um todo, fomentando inovação, diversidade e coesão social. O Programa de Acolhida a Cientistas Ucrânicos instituído pela Fundação Araucária constitui uma ação com tal finalidade.

Portanto, a integração socioeconômica dos refugiados, exige mais do que a provisão de serviços básicos; requer uma transformação cultural e ideológica nas sociedades que os acolhem. Isso envolve a desconstrução de estereótipos, a promoção da interculturalidade e a criação de espaços onde refugiados e cidadãos locais possam se encontrar como iguais. As políticas de integração, à luz das perspectivas de Bauman, Ager & Strang, e Betts, devem ser desenhadas para ir além do assistencialismo, promovendo na sociedade que acolhe, uma visão de que a diversidade deve ser vista como uma fonte de riqueza e não como uma ameaça. Somente assim será possível alcançar uma integração que seja, ao mesmo tempo, justa, sustentável e benéfica para todos.

5 - NOTAS CONCLUSIVAS

O objetivo deste trabalho foi analisar como as políticas e programas existentes na cidade de Curitiba possibilitam a integração local dos refugiados. A integração socioeconômica dos refugiados enfrenta uma série de desafios, que vão além da simples inserção no mercado de trabalho e do atendimento das suas necessidades básicas denominadas por Ager e Strang (2008) como marcadores e meios; e fundação, respectivamente. Para aqueles autores, tais elementos oferecem uma perspectiva abrangente para compreender a integração de migrantes e refugiados. As dificuldades envolvem aspectos culturais, sociais e

ideológicos, onde os refugiados são frequentemente vistos como "outsiders" em sociedades que já enfrentam insegurança e mudanças rápidas, conforme destacado por Zygmunt Bauman (2016). Portanto, a integração requer um esforço profundo para superar barreiras de preconceito e exclusão.

O modelo de integração de Ager & Strang (2008), sugere que políticas eficazes, devem abordar tanto as necessidades materiais, quanto as relações sociais dos refugiados. Garantir acesso a saúde, educação e moradia é fundamental, mas isso deve ser acompanhado por iniciativas que promovam o pertencimento, a construção de redes sociais, e a participação ativa na vida cívica. A integração completa depende de uma abordagem que valorize a inclusão em todos os aspectos da vida social. Neste trabalho, percebeu-se a presença dos elementos marcadores e meios e fundação, promovidos por órgãos governamentais e instituições de ensino e religiosas locais. No entanto, o elemento participação política foi verificado parcialmente e a aceitação social não foi possível observar sua evidência.

Já Alexandre Betts (2013) traz uma abordagem mais voltada ao desenvolvimento econômico. Para ele, as políticas de integração devem ser projetadas para beneficiar tanto os refugiados quanto as comunidades locais. Ao promover oportunidades de desenvolvimento inclusivo e sustentável, essas políticas, podem transformar a diversidade, em uma fonte de inovação e coesão social. A integração deve ser vista como uma oportunidade para o enriquecimento mútuo, onde refugiados e cidadãos locais trabalham juntos para construir uma sociedade mais próspera.

É certo que, a integração dos refugiados exige mais do que políticas assistenciais; requer uma mudança cultural e ideológica nas sociedades de acolhimento. É necessário desconstruir estereótipos e promover uma visão de sociedade onde a diversidade é valorizada. Políticas de integração que promovem a interculturalidade e o encontro entre diferentes culturas, podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para que a integração seja verdadeiramente eficaz, as políticas precisam ir além do assistencialismo básico. Elas devem ser desenhadas para fomentar a transformação social e promover uma convivência harmoniosa entre refugiados e comunidades locais. Ao

adotar essa abordagem, as sociedades podem não apenas atender às necessidades dos refugiados, mas também enriquecer-se cultural e economicamente, criando um ambiente onde todos possam prosperar juntos.

A partir dos conceitos discutidos, fica evidente a importância de políticas integradas e bem planejadas que levem em conta tanto os desafios quanto as oportunidades envolvidas na inclusão de refugiados. Ao adotar uma abordagem holística e inclusiva, essas políticas têm o potencial de fomentar um desenvolvimento sustentável e equitativo, criando uma sociedade mais justa, diversa e próspera para todos.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 04 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

CARVALHO, E. C. Programa de acolhida de cientistas ucranianas no Paraná: formação de agenda de política e implementação à luz da teoria dos múltiplos fluxos. 2024. Tese (Doutorado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/33352/1/cientistasucranianasmultiplosfluxos.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CROTTY, Michael. Introduction: The research process. In: CROTTY, Michael. The foundations of social research: Meaning and perspective in the research process. p. 1-17, 1998.

FAIST, T. Forced migration: morality and politics. *Ethnic and Racial Studies*, v. 41, n. 3, p. 440-447, 2018.

FLORIANI, Dimas; FLORIANI, Nicolas; FLORIANI, Nádia. A dimensão cultural na formulação das políticas de integração entre países da América Latina. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2021. ISBN 978-65-87621-92-0.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração legal. *REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 85-98, jul./dez.

2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/remhu/v22n43/v22n43a06.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>. Acesso em: [data do acesso em formato dd mm aaaa].

PARANÁ. Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná 2014-2016. Disponível em: <http://www.de-dihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/PlanoEstadualMigranteRefugiadoParana.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PERELLES, E. Políticas de ensino superior e o engajamento dos refugiados no crescimento inclusivo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/26536/1/politicasensinosuperior-refugiados.pdf>.

RAGIN, C. C. Construindo pesquisa comparativa: Uma abordagem para a análise qualitativa e quantitativa em ciências sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTIN, Valter Foleto. Controle judicial da segurança pública. 2. ed. São Paulo: Verbatim, 2013.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado, 2018. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_critérios_para_a_determinação_da_condição_de_refugiado.pdf.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAGIN, C. C. Construindo pesquisa comparativa: Uma abordagem para a análise qualitativa e quantitativa em ciências sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES Unidas (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>. Acesso em: 06/09/2024.

PARANÁ. Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná 2014-2016. Disponível em: <http://www.de-dihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/PlanoEstadualMigranteRefugiadoParana.pdf>. Acesso em 30/08/2024

PERELLES, E. POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR E O ENGAJAMENTO DOS REFUGIADOS NO CRESCIMENTO INCLUSIVO. Dissertação—Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2021. Disponível em: <https://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/26536/1/politicasensinosuperiorrefugiados.pdf>.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado, 2018. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_deteina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf.

FLORIANI, Dimas.; FLORIANI, Nicolas; FLORIANI, Nadia. A dimensão cultural na formulação das políticas de integração entre países da América Latina. São Paulo: FFLCH/USP, PRO-LAM/USP, 2021. ISBN 978-65-87621-92-0 (pag. 140-161)